

DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA DO CAMPO NA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS A PARTIR DO MULTICULTURALISMO– (FONTE 14)

Dalvina Teixeira Rolim ¹
Tereza de Jesus Pires de Carvalho ²
Iolete Ribeiro da Silva ³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender sobre a diversidade cultural na escola do campo a partir das perspectivas do Multiculturalismo, fazendo um recorte sobre a Educação do campo no contexto Amazônico. Optou-se por se realizar uma pesquisa Bibliográfica de cunho qualitativo, com base nos textos trabalhados durante a disciplina de Educação e Antropologia, da Linha de Pesquisa 1, do Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Refletir sobre a Educação na Amazônia requer abranger o ambiente geográfico, social e humano dessa região, suas especificidades e os marcos históricos de lutas e conquistas, assim como entender todos os marcadores de exclusão e marginalização desse lugar. Os povos do Campo, das Águas, e das Florestas, precisam de uma educação que entenda sua diversidade cultural e humana, que dialogue com seus saberes, fazeres e experiências ao longo das suas trajetórias de vida. Portanto, a partir das tessituras construídas neste estudo, conclui-se que a diversidade cultural na escola do campo sob as perspectivas do multiculturalismo tem como propósito a superação dos preconceitos historicamente construídos em nossa sociedade, discorrendo sobre a importância do reconhecimento e valorização das diferentes culturas que se constituem no espaço escolar, fica evidente a necessidade de práticas pedagógicas que rompam com os moldes padronizadores de educação, inclusive no que tange a realidade Amazônica. A inclusão social é de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Educação do Campo, Multiculturalismo, Diversidade Cultural, Revisão Bibliográfica.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo compreender sobre a diversidade cultural na escola do campo a partir das perspectivas do Multiculturalismo, fazendo um recorte sobre a Educação do campo no contexto Amazônico. Pensar a sociedade a partir das desigualdades requer

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas- dalvinarolim13@gmail.com; orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7512-3177>.

² Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas- terezajpc@gmail.com; orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8008335X>.

³ Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas, Bolsista Produtividade CNPq, Professora no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas- ioleteribeiro@ufam.edu.br; orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9416-6866>

Este artigo resulta de pesquisas desenvolvidas no PPGE-UFAM com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

compreender a historicidade de um país marcado pela escravidão, pela luta das minorias no que tange as conquistas sociais, e pela predominância de um sistema que oprime, marginaliza e silencia todos aqueles que não seguem um padrão social elitista e burguês.

A pesquisa é considerada qualitativa e de cunho social, pautada nos estudos de Minayo (2001, p. 01), sobre as Ciências Sociais que destaca a seguinte assertiva sobre o ponto de vista antropológico [...] as tribos primitivas, através dos mitos, explicavam e explicam os fenômenos que cercam a vida e a morte, o lugar dos indivíduos na organização social, seus mecanismos de poder, controle e reprodução. Ainda de acordo com a autora, o objeto de estudo das Ciências Sociais é histórico: Isso significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro [...] (MINAYO, 2001, p. 03).

As visões de mundo que perpassam a historicidade de um povo, descontextualizam a sua ancestralidade e todo o processo vivenciado carregado de significados para o ser humano, como forma de atender outros interesses. Segundo Minayo (2001, p. 04) é desse caráter qualitativo das ciências sociais e da metodologia apropriada para reconstruir teoricamente seu significado que trata o presente trabalho. Para a construção dos diálogos estabelecidos nesse estudo foi realizado uma Revisão Bibliográfica de Literatura, com base nos textos trabalhados durante a disciplina de Educação e Antropologia, da Linha de Pesquisa 1, do Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, assim como faz uso de outros autores que colaboram com o que foi estudado durante as aulas. “[...] A pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo. [...] (SOUSA, OLIVEIRA e ALVES, 2021, p. 65-66) Esse tipo de pesquisa tem um caráter menos rigoroso quando comparada a outros tipos de pesquisa, e visa analisar a literatura publicada sobre determinado assunto, neste caso em específico, utilizou-se os textos trabalhados na disciplina Educação e Antropologia e outras fontes que corroboram com a temática abordada, o que subsidiará as reflexões que serão apresentadas no decorrer deste trabalho.

A Amazônia em sua majestosa extensão geográfica de rios, florestas e terras férteis para o resplandecer da vida em liberdade, é também conhecida como terra de todos os povos, retrata a diversidade étnico cultural dos povos originários, e de outros povos que aqui chegaram no período da colonização do Brasil, entre estes, homens brancos exploradores e escravos negros trazidos contra sua vontade da África nos porões dos grandes navios, e se misturaram aos nativos amazônicos da cultura primeira, trazendo seus costumes, tradições, crenças, religiões e tudo que constituía suas identidades no país de origem. Dessa histórica miscigenação milenar,

surgiram outros povos, outras línguas, outras culturas, e diversas formas de existir e resistir em contexto amazônico.

A temática trabalhada neste artigo, se volta pertinente as questões do Multiculturalismo no contexto amazônico, este solo sagrado de todos os povos que vivencia ao longo de séculos o silenciamento dessas matrizes culturais, por não serem reconhecidos como originários da cultura primeira e, outro sim, pelo sacrifício de construir uma nação com sua força de trabalho, sofrendo os malefícios do regime de escravidão daquela época. Na contemporaneidade, os caboclos, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras e indígenas legítimos, donos da Amazônia, reivindicam por meio de lutas sociais que sejam resgatados sua ancestralidade, territorialidade como direito constitucional assistido na Lei maior do Brasil. A cultura de um povo representa sua alma viva e contextualiza a sua trajetória histórica, que por meio da educação vislumbra o esperar de um novo momento histórico, o de resgate de cada língua silenciada e reconhecimento de todo o patrimônio cultural que simboliza a riqueza dos povos amazônicos.

Cultura e educação estão ligadas intrinsecamente e precisam ser analisados de maneira articulada, os espaços do campo, das águas e das florestas abrigam uma diversidade cultural muito forte, com uma heterogeneidade marcante, além desses povos travarem intensas lutas por condições de vida digna nos lugares que habitam e valorização de seus saberes-fazeres. Nessa contradição de desigualdades e lutas, que ao mesmo tempo obriga as minorias a viverem em opressão, também reaviva a chama da luta por emancipação, com o desejo de romper com as amarras dessa sociedade Capitalista, de anseios hegemônicos que silencia, oprime e explora em prol de um modelo de sociedade europeu, branco, padrão e burguês.

Em suma o texto resultante dessa Revisão Bibliográfica de Literatura se estrutura nas seguintes sessões: Multiculturalismo: algumas construções teóricas, Um chão, várias cores: diversidade cultural e escola do campo, e por último, Multiculturalismo e Educação do Campo na Amazônia.

MULTICULTURALISMO: ALGUMAS CONSTRUÇÕES TEÓRICAS

Para compreender o conceito de multiculturalismo que interessa a este trabalho precisamos passar pelas construções teóricas que foram se constituindo a respeito da noção e do significado do termo empregado. De acordo com o dicionário online de Língua Portuguesa multiculturalismo é assim definido “em que há simultâneo, várias culturas num mesmo território, país, etc”. (MULTICULTURALISMO, 2022) Historicamente sabe-se que o multiculturalismo surgiu como movimento político e social nos Estados Unidos, a partir da



união dos grupos marginalizados e excluídos socialmente sendo fortemente difundido em meio a grupos universitários e que tratavam sobre questões de cor e raça, no intuito de levantar uma bandeira de respeito e de valorização das diferenças.

O multiculturalismo emerge em território estadunidense não apenas como movimento social em defesa das lutas dos grupos culturais negros e outras “minorias”, mas também, como abordagem curricular contrária a toda forma de preconceito e discriminação no espaço escolar. (SILVA E BRADIM, 2008, p.56)

É importante salientar o caráter pedagógico do movimento, que tem também a necessidade de reformular as práticas curriculares dentro das escolas, visando questionar e desafiar discursos culturais hegemônicos perpetuados em nosso meio. “[...] o multiculturalismo é uma estratégia política de reconhecimento e representação da diversidade cultural, não podendo ser concebido dissociado dos contextos das lutas dos grupos culturalmente oprimidos. [...]” (SILVA E BRADIM, 2008, p.60) Ao pensar na condição cultural de nosso país precisamos lembrar que o Brasil possui uma característica multicultural forte, marcada por uma história muito dolorosa de escravidão e servidão dos povos originários. “A nossa formação histórica está marcada pela eliminação física do “outro” ou por sua escravização, que também é uma forma violenta de negação de sua alteridade.” (MOREIRA e CANDAU, 2008, p.17) Desse modo, refletir a questão do multiculturalismo em nosso país requer pensar em todos os processos de luta dos sujeitos historicamente marcados pela exclusão, subordinação e marginalização de seus corpos, é entrelaçar as questões étnico-raciais que permeiam nossa sociedade.

Um fator importante que precisa ser trazido ao diálogo refere-se as diversas vertentes do multiculturalismo, e aqui queremos reportar a obra de Peter McLaren (Multiculturalismo Crítico, 1997) que aborda sobre quatro destas, sendo elas: o multiculturalismo conservador ou empresarial, o multiculturalismo humanista liberal, o multiculturalismo liberal de esquerda e o multiculturalismo crítico e de resistência que é a vertente que vamos defender.

A perspectiva que estou chamando de multiculturalismo crítico compreende a representação de raça, classe e gênero como resultado de lutas sociais mais amplas sobre signos e significações e, neste sentido, enfatiza não apenas o jogo textual e o deslocamento metafórico como forma de resistência, [...] mas enfatiza a tarefa central de transformar as relações sociais, culturais e institucionais nos quais os significados são gerados. (McLaren, 1997, p. 123)

O Multiculturalismo crítico e de resistência defende a heterogeneidade, coloca em evidência as diferenças, a pluralidade de culturas presente em nossa sociedade, vai contra ao modelo de uniformização defendido pelo sistema capitalista, compreende que não podemos enxergar a cultura como não conflitiva, e parte para a ideia de uma reformulação do currículo

a partir dessas ideias, a fim de uma educação que questione os discursos da classe dominante, que tendem a perpetuar o machismo, o racismo, a xenofobia e demais opressões, na intenção de sustentar o neoliberalismo e a noção de uma identidade cultural que seja branca, europeia, heteronormativa, masculina e cristã.

UM CHÃO, VÁRIAS CORES: DIVERSIDADE CULTURAL E ESCOLA DO CAMPO

Para adentrar ao assunto da diversidade cultural na escola do campo, precisamos primeiramente conceituar cultura e sua importância para o espaço escolar, compreendendo que educação e cultura estão interligadas, complementam-se, sendo a escola um lugar de trocas culturais e de conhecimentos. O conceito que pretendemos abordar sobre cultura neste trabalho parte do olhar antropológico que define a cultura como um guia pelo qual vamos enxergar o outro e a realidade que nos cerca, “[...] Para usarmos de uma metáfora, a cultura é uma espécie de óculos por meio do qual enxergamos o mundo, vemos o "outro" e olhamos para nós mesmos, dando sentido a nossa existência e as nossas experiências de vida.” (ROCHA e TOSTA, p. 84). A cultura seria então o modo pelo qual aprendemos nossas ações em sociedade, e também como vemos as ações de outros sujeitos. Laraia, (1993, p. 68) define cultura como “O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, resultado da operação de uma determinada cultura.”

Essa definição de cultura remete ao modo que nos portamos em sociedade, mas também o modo como vamos enxergar as demais pessoas e seus comportamentos, o que pode ser comum a um determinado grupo social, pode ser totalmente desconhecido para outro, pois cada cultura tem um modo de ser particular de seu grupo. A cultura seria, portanto, o resultado das trocas entre os sujeitos de cada sociedade. Rocha e Tosta, (2009, p. 111) corroboram afirmando que:

A cultura, mais do que um conceito pronto e acabado, designa um "campo cognitivo", ou, em termos antropológicos, uma categoria do pensamento antropológico reveladora da maneira como os antropólogos ao longo do tempo e em condições históricas e sociais variadas pensam e explicam o modo de organização e funcionamento das sociedades que estudam.

Por isso fala-se em cultura (s) no plural, somos resultados das interações de diversos grupos sociais que convivem entre si, tudo aquilo que recebemos ou repassamos pode ser transformado, ressignificado conforme nossa interação com o mundo que nos cerca, fazendo com que o conceito pronto e acabado sobre cultura deixe de ser estático, e passe a estar em constante movimento de construção e desconstrução. Em suma, antes de se falar em Cultura, com letra maiúscula e como um fenômeno único e homogêneo, devemos pensar em culturas,

no plural, enquanto sistemas de significados e símbolos desenvolvidos historicamente. [...] (ROCHA e TOSTA, 2009, p.84) Tais conceituações são importantes para se pensar nas diversas culturas que estão presentes na escola, e qual o papel que os profissionais da educação devem assumir frente a alteridade, o universo multicolorido da sala de aula deve romper com o processo padronizado e homogêneo de educação que há tempos se faz presente em nossa sociedade.

No mesmo tempo e espaço da cultura da escola, outras tantas cores podem ser vistas e apreciadas: processos mais particulares e contingentes das diversas culturas presentes no cotidiano da escola, nas interações e nas redes de sociabilidade que ali são trançadas. E que, multicoloridas, carregam tons e variações de outros tempos lugares ou de bricolagem desses outros tempos e lugares, oferecendo outras tessituras que traduzem as experiências dos diferentes sujeitos e participantes das dinâmicas educacionais na escola. (ROCHA e TOSTA, 2009, p.131)

Essa alteridade que tanto interessa a antropologia e aos estudos culturais, ganha ainda mais visibilidade nos espaços camponeses, que abrigam diferentes contextos populacionais, que juntos se agregam, somam-se e multiplicam-se, gerando a necessidade de práticas pedagógicas que atendam a esse entrelaçamento de culturas e de cores, sem gerar o apagamento das mesmas. A educação do campo é assim definida no Decreto 7352/2010 em seu artigo 1º:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (BRASIL, 2012, p. 07-08)

Cabe ressaltar o caráter secundário que o campo e que as populações que dele fazem parte foram relegadas historicamente pelo Estado, precisando de muita luta e reivindicações oriundas de movimentos sociais para que direitos básicos lhes fossem garantidos. O caráter plural e multiétnico dos povos do Campo, das Águas e das Florestas perpassa por lutas de reconhecimento e valorização de um grupo que foi excluído e silenciado por seu pertencimento identitário, além de não ser um grupo considerado interessante ao sistema capitalista, visto apenas como mão de obra barata para o mercado. A educação do campo deve, portanto, reconhecer essas lutas e as características das diversas culturas que fazem parte do chão da escola, respeitando as diferenças e aprendendo a conviver com elas.

[...] a Educação do Campo se fortalece por meio de uma rede de atores e práticas que se mantêm articulada mediante as demandas locais e nacionais. Expressando uma heterogeneidade de instituições, organizações e sujeitos coletivos que trabalham ou que dela se aproximam, ao mesmo tempo fortalece os processos de formação da identidade camponesa e de um projeto de sociedade que se contrapõe ao modelo de



sociedade capitalista. [...] (COORETA, BATISTA e BRITO, 2011, p.10-11)

Nesse ponto a questão do currículo escolar tem grande influência, pois este deve atender as particularidades e necessidades dos sujeitos do campo, um currículo conectado com a realidade desses espaços, que valorize o saber local e incorpore esses saberes aos conhecimentos universais produzidos em nossa sociedade ao longo dos anos. A escola do campo precisa ter a cara de sua população, precisa respeitar o modo de vida de cada ser aprendente, “[...] deve-se compreender que educar para a vida perpassa também pelos dispositivos do currículo oficial, o qual deve combinar os conhecimentos produzidos pela humanidade e as especificidades culturais dos públicos a que se destinam.” (VILELA e SENRA, p.528) As populações camponesas desenvolvem um modo de vida próprio intimamente ligado com a natureza, adequando sua rotina e suas tarefas a partir do tempo medido pelo rio, pelas florestas, e pela subsistência que retiram dos recursos naturais sem agredir e prejudicar esses espaços.

MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA

Pensar a Educação na realidade Amazônica requer envolver amplamente o ambiente geográfico, social e humano dessa região, suas especificidades e os marcos históricos de lutas e conquistas, assim como entender todos os marcadores de exclusão e marginalização desse lugar. Os povos do Campo, das Águas, e das Florestas, precisam de uma educação que entenda sua pluralidade cultural e humana, que dialogue com seus saberes, fazeres e experiências ao longo das suas trajetórias de vida. Sabe-se que além de muito rica no que diz respeito as suas características humana e geográfica, essa região possui uma heterogeneidade marcante, percebida em seus seguimentos ambiental, sociocultural e produtivo. “A educação nesta região está necessariamente ligada à diversidade das condições de vida local, de saberes, de valores, de práticas sociais e educativas, bem como de uma variedade de sujeitos, camponeses e cidadãos (populações urbanas e periféricas das cidades da Amazônia).” (BENTO, et al. 2013, p.144)

Ambientalmente falando a biodiversidade amazônica é diversificada e constitui um dos ecossistemas mais complexos do Brasil, com inúmeras espécies de seres vivos que ainda são desconhecidos tanto pela comunidade local como pela comunidade científica, a região também é conhecida pela vasta densidade populacional, que comporta diferentes formas culturais de vida. Contextualizar os diferentes territórios presentes nesses espaços é de fundamental importância para a comunidade acadêmica, que tem nisso uma oportunidade de compreender as reais necessidades desses espaços, inclusive no que tange a educação.



Quando as pesquisas se voltam para o campo, é notório as lacunas existentes, resultado de anos de exploração, marginalização e estereótipos construídos no seio da história deste país, que deram a esses espaços a ideia de “lugar de atraso” do “não desenvolvimento” onde o progresso da cidade e da indústria não chega. Esse pseudo pensamento é fruto de um sistema capitalista hegemônico, alicerçado em ideais neoliberais, que não respeita os povos originários, mas que encontram resistência nas lutas diárias de camponeses, camponesas e demais populações do Campo, das Águas e das Florestas das mais diversas localidades e dimensões da vida social, é necessário entender a importância dessas lutas para a constituição do território camponês e para o fortalecimento de movimentos sociais e de um projeto social camponês na Amazônia com práticas e políticas curriculares que abarque todos esses traços.

A Amazônia apresenta como uma de suas características fundamentais a heterogeneidade, que se expressa nos vários aspectos: socioculturais, ambientais, produtivos e isso de forma direta suscita um conjunto de questões a serem consideradas por ocasião da elaboração de políticas e práticas curriculares para que sejam afirmadas as identidades culturais das populações que vivem na região. (HAGE, 2011, p. 01)

O Multiculturalismo crítico tão bem abordado na obra de Peter McLaren, e que aqui defendemos, nos dá base para compreender a necessidade de olhar o território amazônico a partir de sua heterogeneidade, negando o padrão de uniformização que interessa aos grupos dominantes e dialogando com a necessidade de rever conceitos trazidos pela globalização, que atacam a identidade dos povos originários. “A contemporaneidade é caracterizada pela massificação do agir social, ou seja, em tempos de globalização são tamanhas as investidas de se inserir uma cultura que seja universalmente incorporada como hegemônica, cujos fins são a padronização das atitudes humanas.” (ALVES, 2020, p.14) Atualmente vivemos um momento de muitos retrocessos com a atual conjuntura política instaurada no país, ataques e violências são constantemente noticiados a respeito da invasão de terras dos povos do Campo, das Águas e das Florestas, a crescente disputa do agronegócio pelo latifúndio, tem acelerado o processo de desmatamento na Amazônia, resultando em diversas alterações climáticas constatadas por vários cientistas estudiosos da área.

O histórico padrão de vida civilizatório associado às atividades econômicas altamente predatórias e poluentes resultou, na contemporaneidade, no aumento inadequado do aproveitamento dos recursos naturais disponíveis no planeta, cujo procedimento de utilização dos complexos processos de capacidade técnica contribui para a problemática socioambiental no mundo. (ALVES, 2020, p. 23)

Lutar por uma educação emancipatória nos espaços do campo, e especificamente no contexto da região Amazônica é levar em consideração o caráter multicultural da região,

evidenciando as diferenças que são marcantes nesses espaços e fortalecendo os movimentos que vislumbram a inclusão social. Diante disso, é importante dialogar sobre a opressão social e cultural vivenciada pelos grupos oprimidos de nossa sociedade ao abordar sobre os debates acerca do multiculturalismo. (MCLAREN, 2000, p.58) O contexto global que nos cerca dá pano de fundo para debater as relações sociais e de opressão vividas historicamente pela região Amazônica, assim como nos ensina que essas populações tem modos de vida próprios que devem ser valorizados, situando a responsabilidade do Estado nesse contexto.

No cotidiano de suas relações sociais, as populações da Amazônia vivenciam situações próprias de trabalho e produção; enfrentam singularidades nos diversos ambientes em que vivem; e possuem um conjunto de crenças, valores, símbolos, e saberes que se constroem/reconstroem nas práticas de formação pessoal e coletiva, na vivência e convivência nos vários espaços sociais em que participam. [...] (HAGE, 2011, p.10)

As discussões sobre Multiculturalismo nos situam para o caminho de valorização da alteridade, para a compreensão de que diferentes culturas podem conviver no chão da escola sem precisar padronizar e enfatizar uma cultura única, homogeneizada, os conflitos e a fluidez resultantes desse encontro é parte constituinte da história humana.

CONCLUSÃO

É significativo os avanços em nossa sociedade sobre as discussões acerca da diversidade cultural aos olhos do multiculturalismo, mas ainda é preciso ampliar esses diálogos para as escolas do campo, inclusive no contexto amazônico, compreendendo a importância das diferenças e da inclusão social para a construção de uma sociedade mais democrática. As reflexões aqui colocadas tiveram o intuito de dialogar com os textos trabalhados na disciplina da Linha 1 do mestrado em Educação da Universidade Federal do Amazonas, tecendo aportes teóricos necessários para a compreensão da diversidade cultural.

Atualmente vive-se um cenário de muitas incertezas quanto a valorização da cultura no país, bem como de muitas violências, disputas de poder, e um constante ataque aos povos originários. É partindo desse pressuposto que se torna necessário um projeto de educação diferenciado nesses espaços, uma educação que dialogue com os saberes e fazeres do campo, com as particularidades dessas populações, e que tenha princípios de uma educação libertadora defendida por Paulo Freire. “A escola pública do campo, proposta pelos seus protagonistas, pauta-se na construção coletiva que respeite a identidade das crianças, dos jovens, adultos e idosos do campo, permitindo que a comunidade reflita sobre suas condições existenciais. [...]” (BORGES, 2016, p.98)

Portanto, conclui-se que a diversidade cultural na escola do campo sob as perspectivas



do multiculturalismo tem como propósito a superação dos preconceitos historicamente construídos em nossa sociedade, discorrendo sobre a importância do reconhecimento e valorização das diferentes culturas que se constituem no chão da escola, fica evidente a necessidade de práticas pedagógicas que rompam com os moldes padronizadores de educação, inclusive no que tange a realidade Amazônica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Daniel Cardoso. **As subjetividades do agir socioambiental no atual cenário político brasileiro.** Revista Ensaios de Geografia. Niterói, vol. 6, nº12, pp. 10-29, setembro-dezembro de 2020.

BENTO, M. A. da S. et al. **A Educação na Região Norte: apontamentos iniciais.** Amazônia, Rev. Antropologia. (Online) 5 (1): pp.140-175, jan./mar. 2013.

BORGES, Heloisa. Educação do Campo e os Planos de Educação. REVISTA AMAZÔNIDA, 2016, ANO 01, Nº 01, p. 96 – 117.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos.** Brasília: SECADI, 2012.

CORREIA, Deyse Morgana das Neves; BATISTA, Maria do Socorro Xavier; BRITO, Rosa Maria de Jesus. **Educação do Campo: resistência e afirmação da identidade camponesa.** In: Anais 20º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste: Educação, Culturas e Diversidades, 2011, Manaus. Anais 20º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste: Educação, Culturas e Diversidades. Manaus: Valer, 2011.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino.** Brasília, v. 24, n. 85, p. 97-113, abr/ 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico.** Tradução de Bebel Orofino Shaefer. 3 ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000.

MINAYO, MARIA Cecília de Souza. (org.) Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MULTICULTURALISMO In: Dicio, Dicionário Online de Português, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/multiculturalismo/> Acesso em 21/01/2022.

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. **Antropologia & Educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.



SILVA, Maria José Albuquerque da; BRANDIM, Maria Rejane Lima. **Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural**. Diversa: Ano I - nº 1, pp. 51-66, jan./jun. 2008.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; Alves, Laís Hilário. **A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNADAMENTOS**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

VILELA, Elane da Silva Matos; SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitoza. **EDUCAÇÃO DO CAMPO E CURRÍCULO: território em disputa em uma escola de Campo Novo do Parecis/MT**. Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.13, n.3, p. 517-530, set/dez. 2020.